# PODER LEGISLATIVO

## Câmara Municipal de Passa-Quatro

## Estado de Minas Gerais

CNPJ: 04.242.099/0001-99

Processo nº 015/2025

Dispensa nº 012/2025

Contrato nº 010/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE PASSA-QUATRO, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº. 04.242.099/0001-99 e sede na Rua Tenente Viotti, nº. 468, no Município de Passa-Quatro, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Guido Mota Júnior, brasileiro, parlamentar municipal, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 064.444.926-88 e portador do Registro Geral (RG) nº. MG-368753001 SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade de Passa-Quatro, Estado de Minas Gerais, de ora em diante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa PROSOUND SOLUCOES EM AUDIO PROFISSIONAL LTDA, com sede na Av. Andromeda, 3588, Bosque dos Eucaliptos, São Jose dos Campos/SP, CEP: 12.233-000, inscrita no CNPJ sob nº 28.438.586/0001-90, neste ato representado por seu representante legal Sr. Patrick Carlos Soares Pereira, brasileiro, casado, empresário, RG nº 45.733.138-0 SSP/MG e CPF nº 375.740.498-07, residente e domiciliada a Rua Batatais, nº 218, Bosque dos Eucaliptos, São Jose dos Campos/SP, CEP: 12.233-740, doravante denominada CONTRATADO, tendo em vista o que constano Processo nº 015/2025 – Dispensa nº 012/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133,1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Aviso de Dispensa nº 012/2025 e seus anexos, os preceitos do Direito Público, e a Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, COMPREENDENDO CAIXA DE SOM, MICROFONES, MESA DE SOM DIGITAL E RELÓGIO DIGITAL, VISANDO O APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE ÁUDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSA-QUATRO/MG", nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	PRODUTO	UNID	QNTD	MARCA	VALOR UNI.	VAL	OR TOTAL
1	Sistema de Som Tipo Coluna Completo	UND	2	ATTACK	R\$ 5.090,00	R\$	10.180,00
2	Microfones Gooseneck com base para Tribuna	UND	12	DYLAN	R\$ 479,00	R\$	5.748,00
3	Relógio Digital Cronômetro/Temporizador	UND	1	LELONG	R\$ 299,00	R\$	299,00
VALOR TOTAL					R\$ 1	16.227,00	

#### **2.1.1. DOS DESCRITIVOS DOS ITENS:**

1	SISTEMA DE SOM TIPO COLUNA COMPLETO COMPOSTO POR:	UND	2
	01 (uma) coluna acústica passiva, 8 x 3", potência mínima de 300W;		
	01 (uma) coluna amplificada, 8 x 3", potência mínima de 670W;		
	01 (uma) junção compatível para integração das colunas;		
	01 (um) suporte de parede para fixação das colunas.		
	Características mínimas exigidas do sistema completo:		
	Transdutores: mínimo de 8 x 3" por coluna, para reprodução detalhada e		
	envolvente.		
	Conectividade da coluna amplificada:		
	Conectores XLR fêmea de entrada e XLR macho loop thru.		
	Conectores AC IP44-3P AC Input e NBR 14.136-8A Output para		
	alimentação elétrica.		
	Conectividade da coluna passiva:		
	2 conectores Speakon		
	Resposta em frequência: de no mínimo 130 Hz a 15 kHz (-6 dB).		
	Cobertura: horizontal de 120º e vertical de 20º.		
	Nível de pressão sonora (SPL): até 123 dB (Z) ou 122 dB (A) @ 1m.		
	Alimentação da coluna amplificada: fonte chaveada bivolt, com range de		

Rua Tenente Viotti, nº 468 – Centro, Passa-Quatro/MG, CEP: 37460-000

Tel.: (35) 3371-2299 <a href="www.passaquatro.mg.leg.br">www.passaquatro.mg.leg.br</a> / e-mail: <a href="compras@passaquatro.mg.leg.br">compras@passaquatro.mg.leg.br</a>



## **Estado de Minas Gerais**

CNPJ: 04.242.099/0001-99

#### **PODER LEGISLATIVO**

DEK LEGISL			1
	operação de 100 a 240 VAC rms.		
	Potência da coluna passiva: mínimo de 300 W AES a 4 Ohms.		
	Sensibilidade da coluna passiva: mínimo de 92 dB a 1 W a 1 metro.		
	Recomenda-se operação com cortes e ajustes: High Pass em 150 Hz,		
	Shelving em 8 kHz e parâmetros paramétricos para afinação		
	personalizada.		
	Dimensões aproximadas: 679 mm x 115,5 mm x 174 mm (cada coluna).		
	Peso aproximado: coluna amplificada até 8,2 kg; coluna passiva até 7,1		
	kg.		42
2	MICROFONES GOOSENECK COM BASE PARA TRIBUNA:	UND	12
	Descrição		
	Padrão Polar: Cardioide;		
	Resposta ajustada à fala;		
	Haste com no mínimo 45,7cm		
	Tipo de Cápsula Condensador de Eletreto		
	Resposta de frequência: 70–16000 Hz		
	Impedância de Saída: 180 $\Omega$		
	Sensibilidade: –33 dBV/Pa (22 mV)		
	SPL Máximo:1 kHz, at 1% THD: 120 dB SPL		
	· ·		
	Relação de Sinal Ruído: 67 dB		
	Faixa Dinâmica: 93 dB		
	Ruído: 27 dB SPL		
	Nível de corte de saída do pré amplificador: -7 dbV		
	Rejeição do modo comum: >45 dB		
	Temperatura de operação: −18 to 57°C (0 to 135°F)		
	Temperatura de armazenamento: –18 to 57°C (0 to 135°F)		
	Alimentação: 11–52 V DC, 2.0 mA		
	Conector XLR;		
	Indicador de LED mudo/ligado, na cápsula;		
	Botão liga/desliga na base do microfone;		
	O microfone deverá ser fornecido juntamente com a base compatível		
	com o modelo especificado;		_
3	RELÓGIO DIGITAL CRONÔMETRO/TEMPORIZADOR	UND	1
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS:		
	relógio temporizador com design moderno, próprio para contagem		
	progressiva e regressiva de tempo;		
	indicado para uso em ambientes internos, como plenários, academias,		
	escritórios ou locais que necessitem de controle visual de tempo;		
	escritorios ou locais que necessitem de controle visual de tempo,		
	funções principais, relácia que desatua tama de la la		
	funções principais: relógio, cronômetro, temporizador (contagem		
	regressiva) e função tabata;		
	controle remoto incluso para operação à distância;		
	contagem regressiva com aviso sonoro ao término do tempo		
	programado;		
	estrutura em material resistente na cor preta;		
	,		
	design fino, com espessura aproximada de até 5 cm;		
	ass.g mo, som espessara aproximada de dec 3 cm,		
	ótima visibilidade diurna e noturna, com leds brilhantes em cor vermelha;		
	otima visibiliuaue diurna e noturna, com leus brillantes em cor vermema;		
1	exibição nos formatos 12h e 24h;		
	LOVIDICAD DOC TORMATOC A ID O A/IDI		



## Estado de Minas Gerais

CNPJ: 04.242.099/0001-99

#### **PODER LEGISLATIVO**

baixo consumo de energia;		
alimentação bivolt (110/220v);		
garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.		

#### Valor total do contrato: R\$ 16.227,00 (dezesseis mil, duzentos e vinte e sete reais)

- 2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 2.2.1. O Termo de Referência;
- 2.2.2. O Aviso de Dispensa;
- 2.2.3. A Proposta do contratado;
- 2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- **3.1.**O prazo de vigência da contratação será até 31/12/2025, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **3.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- **3.1.2** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- **3.1.3** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- **3.1.4** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- **3.1.5** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- **3.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- **3.3.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- **3.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- **3.5** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

- 4.1. O valor total da contratação é de R\$ 16.227,00 (dezesseis mil, duzentos e vinte e sete reais).
- **4.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- **4.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

- **5.1.** O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no <u>Termo</u> <u>de Referência (item 9)</u>
- **5.2.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos contratados, com a aprovação da fiscalização referente à perfeita execução do objeto e emissão da Nota Fiscal correspondente; e será realizado por meio de transferência bancária em favor da empresa CONTRATADA.
- **5.3**. A CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento da nota fiscal, para efetuar o pagamento por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- **6.1.** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice IPCA
- **6.1.1.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **6.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da LeiFederal n.º 14.133,

Rua Tenente Viotti, nº 468 – Centro, Passa-Quatro/MG, CEP: 37460-000

Tel.: (35) 3371-2299 <a href="www.passaquatro.mg.leg.br">www.passaquatro.mg.leg.br</a> / e-mail: <a href="compras@passaquatro.mg.leg.br">compras@passaquatro.mg.leg.br</a>

## Estado de Minas Gerais

CNPJ: 04.242.099/0001-99

#### **PODER LEGISLATIVO**

de 2021.

- **6.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- **6.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
- **6.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

- **7.1.** O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, local e forma/meio de entrega, regras de aceitação, recebimento provisório e definitivo, do objeto constam no <u>Termo de Referência.</u>
- <u>7.2.</u> Os produtos objeto do presente contrato deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço.
- 7.3. Os produtos objeto do presente termo de referência será recebido em remessas parceladas, com prazo não superior a 10 (dez) dias úteis após recebimento da ordem de fornecimento.

## CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**8.1.** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Câmara Municipal de Passa-Quatro, consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

#### AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

- **26** 01.01.04.122.0003.1001.4490.52.00 equipamento e material permanente
- **8.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **10.1.**A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:
- **10.2.** Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;
- **10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- **10.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **10.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **10.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitosou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **10.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelocontratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- **10.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização docontrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) provade regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- **10.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidamou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou

#### Estado de Minas Gerais

CNPJ: 04.242.099/0001-99

#### **PODER LEGISLATIVO**

acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

- **10.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- **10.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **10.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **10.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art.116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento docontrato;
- **10.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- **10.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- **10.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- **10.19.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- **10.20.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- **10.21.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **10.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- **10.23.** Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- **10.24.** Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata demanipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.
- **10.25.** Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

#### <u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</u>

- **11.1.** Constituirão obrigações e responsabilidades da Contratante, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:
- **11.2.** Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.
- **11.3.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.
- **11.3.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- **11.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **11.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- **11.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento doobjeto, no prazo, forma e

Tel.: (35) 3371-2299 <a href="www.passaquatro.mg.leg.br">www.passaquatro.mg.leg.br</a> / e-mail: <a href="compras@passaquatro.mg.leg.br">compras@passaquatro.mg.leg.br</a>

## Estado de Minas Gerais

CNPJ: 04.242.099/0001-99

#### **PODER LEGISLATIVO**

condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

- **11.9.** Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- **11.10.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **11.11.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeirofeitos.
- **11.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- **11.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- **12.1.** A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme o Termo de Referência.
- **12.2.** O modelo de gestão e fiscalização do contrato seguirão as regras constantes no <u>Termo de Referência.</u>

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratadoque:
- **14.1.1** der causa à inexecução parcial do contrato;
- **14.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ouao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **14.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- **14.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- **14.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- **14.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- **14.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **14.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- **14.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **14.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **14.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- **14.2.4.** Multa de:
- **14.2.4.1.** 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:
- **14.2.4.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto 15.604, de 28 de março de 2023.
- **14.2.4.1.2.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **14.2.4.1.3.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **14.2.4.1.4.** entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
- **14.2.4.2.** 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:
- **14.2.4.2.1.** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **14.2.4.2.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **14.2.4.3.** 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:
- 14.2.4.3.1 der causa à inexecução total do contrato;

## Estado de Minas Gerais

CNPJ: 04.242.099/0001-99

#### **PODER LEGISLATIVO**

- **14.2.4.3.2.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestardeclaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- **14.2.4.3.3.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- **14.2.4.3.4.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **14.2.4.3.5** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- **14.2.4.3.6** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **14.2.4.4.** multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacadosno documentos fiscal.
- **14.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- **14.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente coma multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **14.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- **14.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **14.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **14.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **14.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade deanálise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **14.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- **14.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- **14.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- **15.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- **15.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogadaaté a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- **15.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- **15.2.1.1.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- **15.2.1.2.** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- **15.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 (da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- **15.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



## Estado de Minas Gerais

CNPJ: 04.242.099/0001-99

#### **PODER LEGISLATIVO**

- **15.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- **15.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- **15.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- **15.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- **15.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- **15.3.3.** Indenizações e multas.
- **15.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- **15.5.** Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da NLL.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- **17.1.** As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- **17.2.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- **17.2.1.** "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- **17.2.2.** "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- **17.2.3.** "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- **17.2.4.** "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- **17.2.5.** "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com oobjetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;
- (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- **17.3.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- **17.4.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos osdocumentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- **18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- **18.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ousupressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **18.3.** Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

Rua Tenente Viotti, nº 468 – Centro, Passa-Quatro/MG, CEP: 37460-000 Tel.: (35) 3371-2299 <a href="www.passaquatro.mg.leg.br">www.passaquatro.mg.leg.br</a> / e-mail: <a href="compras@passaquatro.mg.leg.br">compras@passaquatro.mg.leg.br</a>

# 100

# Câmara Municipal de Passa-Quatro

## Estado de Minas Gerais

CNPJ: 04.242.099/0001-99

#### **PODER LEGISLATIVO**

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

**19.1.** A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91,caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diario Oficial e/ou em jornal de circulação regional e ou site da Câmara.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **20.1.** A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.
- **20.1.1.** Para os casos previstos no "caput" desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.
- **20.1.2.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.
- **20.1.3.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.
- **20.1.4.** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

**21.1.** Fica eleito o Foro do Município de Passa-Quatro, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidasna esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Passa-Quatro/MG	6, 03 de Novembro de 2025.
CONTRATANTE Guido Mota Junior PRESIDENTE	CONTRATADO  Patrick Carlos Soares Pereira  PROSOUND SOLUCOES EM AUDIO PROFISSIONAL  LTDA
TESTEMUNHAS:	TESTEMUNHAS:
NOME:	NOME:
RG:	RG:
Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(	a ) da CONTRATANTE)
ACÁCIO MENDES DE ANDRADE JÚNIOR	
Procurador Jurídico	